

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 0023789626/2024 - SEPROT.UGM.AAD**1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO**

1.1 Objeto da contratação: Credenciamento de Empresas para prestação de serviços em saúde na área de análises clínicas, para atender as necessidade da realização de exames toxicológicos destinados aos agentes da Guarda Municipal de Joinville.

1.2 Especificações técnicas:

Item	Quantidade	Unidade medida	Denominação	Descritivo
01	80	Serviços	Exames Toxicológicos	Realização de Serviços de Coleta e Análise Laboratorial de Exame Toxicológico de larga janela de detecção para drogas ilícitas que causem dependência química ou psíquica de qualquer natureza.

1.2.1 O exame deverá ser realizado detectando as seguintes substâncias:

- a) Anfetaminas (Femproporex, Mazindol, Anfepiramona , Dietilpropiona);
- b) Metanfetaminas (Metanfetamina);
- c) Ecstasy (MDA, MDMA)
- d) Cocaína e Metabólitos (Cocaína, Benzoilecgonina, Norcocaína, Cocaetileno)
- e) THC (Delta 9 THC, THX Carboxy)
- f) Opiáceos (Codeína, Morfina, 6-Acetilmorfina, Heroína)

1.2.2 A janela de detecção será 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do exame, com coleta do material incluso.

1.2.3 A emissão do resultado dos exames deverá atestar a detecção da substância como positiva ou negativa.

1.2.4 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.2.5 O Edital de Credenciamento ficará disponível por prazo indeterminado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2. O objeto da contratação está previsto no plano de ações da Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública para 2024.

3-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP, diante das possíveis formas de contratação, o credenciamento legitimará a escolha do prestador em saúde na área de análises clínicas, para atender as necessidades da realização de exames toxicológicos destinados aos agentes da Guarda Municipal de Joinville, pois há interesse da Administração em possibilitar que todos aqueles que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**4.1 Sustentabilidade:**

4.1.1. Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução;

4.1.2 - Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

4.2. Subcontratação

4.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1. Os serviços deverão ter garantia legal, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, entretanto, caso o prestador dos serviços conceda garantia contratual, esta deve ser somada ao prazo da garantia legal.

4.3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4 Vistoria

4.4.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Equipe Mínima:

5.1.1 A ser definida pelo CREDENCIADO, de acordo com suas necessidades para atender às suas obrigações, sendo composta por profissionais analistas clínicos de nível superior (farmacêuticos-bioquímicos, biólogos, biomédicos ou outros legalmente habilitados para emitir laudos de exames laboratoriais) e profissionais de nível médio ou fundamental (apoio técnico, transporte, serviços administrativos, outros).

5.2 Frequência e Periodicidade da execução do objeto:

5.2.1 Frequência: na forma parcelada, conforme solicitação/convocação.

5.2.2 A realização dos exames serão previamente agendadas conforme a escala de cada guarda municipal.

5.2.3 A realização dos exames poderão ser realizados de forma parcelada, *de segunda à sexta, exceto feriados e pontos facultativos*, no horário das 08:00 às 18:00 horas, após a emissão da ordem de serviço.

5.2.4 Os laudos requisitados deverão ser entregues em até 12 dias úteis após a coleta do material.

5.2.5 A presente contratação será um serviço não contínuo, cujo **prazo de execução contratual será de 12 (doze) meses**, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

5.3 Cronograma de execução dos serviços:

5.3.1 O início da execução dos serviços será de **05 (cinco) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Serviço.

5.3.2 O CREDENCIADO não poderá alegar impossibilidade da prestação do serviço, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas previstas no edital/contrato.

5.3.3 Os exames deverão ser realizados conforme demanda e/ou necessidade da unidade da Guarda Municipal. Assim, a unidade da Guarda Municipal não se obriga a solicitar a execução de todo o quantitativo de exames, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda visando a complementariedade dos serviços.

5.4 Local e horário da prestação dos serviços

5.4.1 O credenciado deverá ter seu local de atendimento no município de Joinville - SC, de forma a facilitar o atendimento aos guardas municipais que terão que se deslocar até o local para a realização dos testes.

5.4.2 Os serviços serão realizados preferencialmente, das 08 às 18 horas, em dias úteis, excluindo feriados e pontos facultativos definidos por Decreto Municipal vigente;

5.5 Condições Gerais

5.5.1 O CREDENCIADO deverá manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5.2 O CREDENCIADO é responsável por responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à CREDENCIANTE ou à terceiros.

5.5.3 O CREDENCIADO deve considerar que as ações de fiscalização da CREDENCIANTE não exoneram a O CREDENCIADO de suas responsabilidades contratuais.

5.5.4 O CREDENCIADO deve realizar o serviço primando pela qualidade do mesmo, de acordo com as especificações técnicas e descritivos constantes no edital/contrato, proposta e seus anexos.

5.5.5 O CREDENCIADO deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do serviço contratado, executando-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização da CREDENCIANTE.

5.5.6 O CREDENCIADO deverá prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar O CREDENCIADO quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

5.5.7 O CREDENCIADO deverá justificar por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessários à execução dos procedimentos previstos no Termo de Credenciamento, informando a Credenciante.

5.5.8 O CREDENCIADO deverá responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução dos serviços, sendo que nenhum ônus e obrigação trabalhista, previdenciária e fiscal serão transferidos para o Credenciante.

5.5.9 O CREDENCIADO deverá responder pelas obrigações fiscais, eventualmente devidas, de qualquer natureza, relativa à equipe, sendo-lhe defeso invocar a existência desse Contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à CREDENCIANTE;

5.5.10 O CREDENCIADO deverá garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços, objeto do Contrato, bem como do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES;

5.5.11 O CREDENCIADO deverá arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à CREDENCIANTE e/ou a terceiros por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares, que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

5.5.12 O CREDENCIADO deverá garantir a desinfecção, esterilização e antissepsia, em perfeitas condições com as normas técnicas vigentes, bem como assegurar o uso adequado dos equipamentos.

5.5.13 O CREDENCIADO deverá assumir inteira responsabilidade quanto às relações de trabalho pactuadas e vinculadas ao objeto, eventuais demandas judiciais e ações por perdas ou danos, bem como indenizações provenientes de erros ou mesmo por omissão de sua decisão empresarial;

5.5.14 O CREDENCIADO deverá não poderá recusar a realização de qualquer procedimento ou serviço contratado, sem que haja justificativa técnica formalizada junto a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização;

5.5.15 O CREDENCIADO deverá sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CREDENCIANTE cabendo-lhe, ainda, prestar todos os esclarecimentos solicitados. Em relação às inconformidades eventualmente detectadas pela CREDENCIANTE, as mesmas serão informadas ao O CREDENCIADO, estabelecendo o prazo para que sejam regularizadas;

5.6 Recursos Humanos e Estrutura Física:

5.6.1 É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução do serviço contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CREDENCIANTE.

5.6.2 Cabe ao CREDENCIADO manter em seu quadro de funcionários profissional legalmente habilitado, responsável técnico pelo laboratório contratado, com inscrição no respectivo Conselho Regional de Exercício Profissional.

5.6.3 O CREDENCIADO deve fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) a seus colaboradores, e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene do trabalho.

5.6.4 O CREDENCIADO deverá ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o serviço do contrato.

5.6.5 O CREDENCIADO deverá responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade CREDENCIANTE ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

5.6.6 O CREDENCIADO deverá possuir estrutura física, equipamentos e recursos humanos com capacidade técnica instalada para atender em qualidade e quantidade todos os exames.

5.6.7 O CREDENCIADO deverá manter suas dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento, atendendo a legislação vigente.

5.6.8 No caso de mudança de endereço do estabelecimento do CREDENCIADO, a CREDENCIANTE deverá ser prontamente comunicada, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço, podendo rever as condições do contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente.

5.6.9 O CREDENCIADO responsabilizar-se-á por todos e quaisquer problemas técnicos, mecânicos ou administrativos que a impeçam de prestar os serviços previstos no edital/contrato, obrigando-se a tomar as providências e medidas indispensáveis à continuidade da prestação de serviços, sem provocar prejuízo de qualquer natureza à CREDENCIANTE.

5.7 Legislação e Documentação:

5.7.1 O CREDENCIADO deverá manter as informações e dados provenientes da CREDENCIANTE em caráter de absoluta confiabilidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros.

5.7.2 O CREDENCIADO deverá fornecer a Credenciante um Termo de Sigilo e Confidencialidade das informações provenientes da execução dos serviços e assinado pelo profissional responsável pelo serviço. O CREDENCIADO responderá legalmente pela inobservância desta cláusula, inclusive, após o término do contrato.

5.7.3 O CREDENCIADO obriga-se a não fornecer e nem permitir que terceiros utilizem os resultados de exames para fins de experimentação ou outros fins.

5.7.4 O CREDENCIADO deverá fornecer, sempre que solicitado, por escrito, a rastreabilidade dos seus processos e/ou resultados, com seus respectivos comprovantes.

5.7.5 O CREDENCIADO deve atender a RDC [786/2023](#)/ANVISA na íntegra (ou outra que a venha substituir), atender à legislação vigente e demais normas sanitárias que venham a ser publicadas durante a vigência do contrato.

5.8 Prestação dos Serviços:

5.8.1 Caso o CREDENCIADO fique impossibilitada de processar/analisar as amostras coletadas, por qualquer eventualidade, é de responsabilidade do CREDENCIADO comunicar oficialmente a CREDENCIANTE, e promover a nova coleta das amostras dos pacientes para liberação dos resultados nos tempos previstos em contrato, sem nenhum ônus para a CREDENCIANTE. Os laudos dos exames deverão ser disponibilizados conforme cláusula específica constante neste instrumento.

5.9 Materiais a serem disponibilizados

5.9.1 Para a perfeita execução dos serviços, o CREDENCIADO deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários

5.10 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.10.1 -O CREDENCIADO deverá fornecer garantia mínima para o(s) serviço(s), de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

5.10.2 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.11 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, conforme Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pelo credenciado de todas as condições contratuais.

6.2 Define-se como forma de comunicação com o credenciado a formal, nos termos do Decreto n.º 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa n.º 04/2022 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa credenciada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do credenciado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando for o caso.

6.5 Gestor do Contrato

6.5.1 A gestão do contrato ficará por conta da Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT, a qual através de sua autoridade competente, mediante Portaria, designará o fiscal ou comissão de fiscalização do contrato.

6.6 - Obrigações da Credenciada específicas do objeto:

6.6.1 - Será de responsabilidade do CREDENCIADO todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

6.6.2 - Comunicar ao CREDENCIANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

6.6.3 - Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

6.6.4 - Fornecer o item cotado, em estrita conformidade com as especificações, condições, preços e prazos ofertados;

6.6.5 - Fornecer (2) duas vias do laudo do resultado do Exame Toxicológico;

6.6.6 - Apresentar os documentos comprobatórios quanto às exigências para o credenciamento e execução do serviço pretendido.

6.6.7 - Corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço ou de eventuais materiais empregados durante a realização do curso;

6.6.8 - Realizar a contraprova no Exame Toxicológico, após a realização da primeira avaliação e o resultado for positivo.

6.7 - Obrigações da Credenciante específicas do objeto:

6.7.1 - Permitir acesso dos empregados do CREDENCIADO às dependências das unidades, quando da entrega do(s) laudos(s);

6.7.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CREDENCIADO, quando necessários ao fornecimento;

6.7.3 - Comunicar formalmente o CREDENCIADO qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento e/ou realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

6.7.4 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento deste Termo de Referência;

6.7.5 - Rejeitar em todo ou em parte, o(s) serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Termo de Referência ou que fora constatado qualquer irregularidade.

6.7.6 - Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, mediante aceitação da referida nota.

6.8 - Das sanções

6.8.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo.

7.2 Os itens serão recebidos:

a) **Provisoriamente**, a cada exame realizado, a CREDENCIANTE realizará o recebimento provisório de 1 (um) serviço, que ocorrerá somente se o serviço estiver conforme as especificações do presente Termo de Referência;

b) **Definitivamente**, a cada entrega de laudo do exame toxicológico, a CREDENCIANTE realizará o recebimento definitivo de 1 (um) serviço.

c) O recebimento definitivo do(s) serviço(s) não exclui a responsabilidade do CREDENCIADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

d) Se a CREDENCIANTE constatar no recebimento definitivo que o serviço não corresponde ao exigido no presente Termo de Referência, o CREDENCIADO deverá providenciar no prazo estipulado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, as correções que se fizerem necessárias visando ao atendimento total das especificações, conforme **item 2**, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 O pagamento será efetuado mensalmente após o recebimento definitivo de cada serviço do respectivo mês;

7.5 Para fins de pagamento, o credenciado deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade do credenciado nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

7.6 A avaliação da execução do objeto observará o cumprimento do disposto neste Termo de Referência e das normas de regência da contratação, bem como:

7.6.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Credenciado:

7.6.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.6.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.6.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.7 Somente serão pagos os valores correspondentes aos serviços efetivamente realizados, atestados pelo gestor do contrato da Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT. É vedado o pagamento de

qualquer sobretaxa em relação ao valor contratado pelo serviço.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Formas e critérios de rodízio

8.1.1 Com relação a ordem de rodízio:

8.1.1.1 Será definida **pela ordem de protocolo da Documentação de Habilitação**, sendo considerado o último protocolo realizado por empresa, ou seja, havendo a necessidade de ajuste ou complementação da documentação, será considerado o último protocolo da última Documentação de Habilitação apresentada/complementada/ajustada.

8.1.1.2 Os prestadores serão designados de forma rotativa, ou seja, será observada **ordem de protocolo da Documentação de Habilitação**, respeitando-se os prazos e as condições estabelecidas no Edital.

8.1.1.3 O CREDENCIADO convocado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis **do envio do e-mail de convocação**, para manifestar-se formalmente do seu aceite, no silêncio, será considerado automaticamente o declínio.

8.1.1.4 Na hipótese de aceite ou declínio e/ou suspensão, o CREDENCIADO passará para o última posição na ordem de chamamento.

8.1.1.5 A ordem de chamamento será devidamente publicada, sempre que houver novos credenciados, ou, sempre que a condição do Credenciado se alterar.

8.1.1.6 É de responsabilidade do Credenciado informar qualquer alteração na sua condição de habilitação.

8.1.1.7 Caberá à Credenciante gerenciar as solicitações aos Credenciados, respeitado o tratamento isonômico, de forma que as demandas sejam equivalentes entre todas os Credenciados.

8.2 Descredenciamento

8.2.1 Ocorrerá o descredenciamento quando:

a) Por algum motivo a empresa credenciada deixar de atender as condições estabelecidas no Edital e no contrato administrativo destinados à prestação de serviços.

b) Na recusa injustificada da empresa credenciada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento.

c) Por qualquer motivo o contrato entre a credenciada e a Administração for rescindido.

d) Mediante solicitação de descredenciamento pelo Credenciado por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, desde que comprove que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e devidamente aceito pela Credenciante, nos termos legais;

8.2.2 O pedido de descredenciamento não desobriga o CREDENCIADO da obrigação de cumprir o(s) serviço(s) já requisitado(s) pela Credenciante e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e Contrato.

8.2.3 À Credenciante fica assegurado o direito de, no interesse da Administração Pública, revogar ou anular o presente processo de contratação, sem que caibam aos Credenciados quaisquer direitos a reclamações ou indenizações.

8.3 Regime de execução

8.3.1 O regime de execução do contrato será execução indireta de empreitada por preço unitário

8.4 Exigências de habilitação

8.4.1. As proponentes devem apresentar a seguinte documentação:

- Cópia da licença sanitária de funcionamento (Alvará Sanitário) e renovações.

- Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário emitido pela Unidade de Vigilância Sanitária do Município.

- Comprovação de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

- Certidão de Regularidade atualizado do Laboratório e do Responsável Técnico, emitido pelo respectivo Conselho Profissional competente.

- Certificado de participação em ao menos um (01) Programa de Avaliação Externa da Qualidade, conforme exigência da RDC nº [786/2023](#)/ANVISA.

- Declaração assinada pelo responsável da empresa de que a mesma não foi declarada inidônea por Órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou punida com suspensão pela Administração.

- Declaração de que a empresa possui atendimento de segunda a sexta-feira das 08h as 18h.

8.4.2 Os CREDENCIADOS deverão apresentar juntamente com a Documentação de Habilitação os itens

para os quais pretendem se credenciar.

8.4.3 A Secretaria de Administração e Planejamento encaminhará o processo documental para análise e parecer da Unidade da Guarda Municipal que fará a análise técnica da documentação.

8.4.4 Atendendo todos os requisitos estipulados, a Unidade da Guarda Municipal emitirá parecer favorável ao contrato da interessada à Secretaria de Administração e Planejamento.

8.5 Da participação de consórcio

8.5.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo após a conclusão da pesquisa de preços.

9.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ 15.000,00.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária da Secretaria;

10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Credenciamento" que fará parte do presente processo.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA:

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após convocado, o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Ferraz dos Santos Sontag, Coordenador(a)**, em 04/12/2024, às 12:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Colin Holz da Silva, Gerente**, em 04/12/2024, às 16:29, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Manoel de Souza, Diretor (a) Executivo (a)**, em 04/12/2024, às 16:37, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023789626** e o código CRC **C7D0C44C**.